



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

1

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 97/2026, QUE DISPÕE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 - LDO/2027, EM CONFORMIDADE COM O REQUERIMENTO Nº 465/2026.

As dezenove horas e oito minutos do dia dezenove do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenário da Câmara Municipal de Piracicaba, instalada em prédio próprio na Rua Alferes José Caetano, nº 834, foi realizada a **Audiência Pública** para discussão do **Projeto de Lei nº 97/2026**, que dispõe sobre a **Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2027 – LDO/2027**, conforme **Requerimento nº 465/2026**, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa Legislativa. O cerimonialista, Lucas de Souza Arantes, conduziu a abertura dos trabalhos, informando que a audiência pública estava sendo transmitida pela TV Câmara Piracicaba, **canal 11.3 UHF da TV Digital aberta, canal 4 da NET/Claro, canal 9 da Vivo Fibra**, bem como pelos perfis da Câmara no Facebook, no YouTube e pela página oficial camarapiracicaba.sp.gov.br. Informou, ainda, que o áudio e as imagens da audiência poderiam ser utilizados para divulgação dos trabalhos institucionais da Câmara, conforme política de proteção de dados disponível no site oficial, e que os trabalhos estavam sendo registrados em ata eletrônica, solicitando que todas as falas e manifestações fossem realizadas por meio dos microfones. Compuseram a mesa dos trabalhos o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador José Everaldo Borges (Josef Borges); o Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rafael Pereira Boer; o membro da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador André Gustavo Bandeira; o Procurador-Geral do Município, Dr. Marcelo Magro Maroun; a Secretária Municipal de Finanças, Sra. Karla Lovato Pelizzaro; a Diretora Executiva Interina da FUMEP e Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Sra. Thais Fornicola Neves; o Gerente Financeiro da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Carlos Augusto Sciloto; e o Economista da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Clayton Masquietto. Registraram presença o Diretor-Geral Administrativo e Financeiro do SEMAE, Sr. Emerson Navarro, representando o Presidente do SEMAE, Sr. Ronald Pereira da Silva; o Presidente do IPASP, Sr. Antônio Carlos Schiavon; o Diretor Executivo do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba e Região, Sr. José Osmir Bertazzoni; o assessor parlamentar Sr. Isaac Roston, representando a Deputada Estadual Professora Bebel; bem como as vereadoras Silvia Maria Morales e Raimunda Ferreira de Almeida. Justificaram ausência, agradecendo o convite, o Presidente e a Diretoria do SIMESPI, bem como o vereador Pedro Kawai. O cerimonialista apresentou a dinâmica da audiência pública, informando os tempos regimentais destinados às manifestações das autoridades da mesa, vereadores, representantes do Executivo e cidadãos inscritos, bem como o tempo destinado à exposição técnica da Secretaria Municipal de Finanças. Na sequência, assumiu a condução dos trabalhos o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges (19h12min), que cumprimentou os presentes e destacou a importância da audiência pública destinada à discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, ressaltando que a matéria estabelece as metas e prioridades da administração pública para o exercício de





CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

2

2027 e constitui elo entre o Plano Plurianual – PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA. O Presidente registrou as presenças das autoridades e vereadores e, visando proporcionar maior tempo para os debates e questionamentos, passou diretamente a palavra à Secretária Municipal de Finanças. A Secretária Municipal de Finanças, Sra. Karla Lovato Pelizzaro (19h15min), cumprimentou os presentes, agradeceu a oportunidade de exposição nesta Casa Legislativa e ressaltou a importância da audiência pública para apresentação das perspectivas e diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2027. Na sequência, passou a palavra ao Economista da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Clayton Masquietto, e ao Gerente Financeiro da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Carlos Augusto Sciloto, responsáveis pela apresentação técnica do **Projeto de Lei nº 100/2025, que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 – LDO/2026**. Sobre as proposições debatidas nesta audiência pública, os servidores da Secretaria Municipal de Finanças (19h16min) fizeram a exposição das informações com os slides a seguir reproduzidos:

19/05/2026

PIRACICABA
Prefeitura do Município

Lei de Diretrizes Orçamentárias

PL nº 97/2026 (LDO 2027)





CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

3



PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

PL 97/2026 (LDO 2027)

- Fundamento Legal
- Introdução a LDO
- Compatibilidade com o PPA
- Parâmetros Econômicos
- Receitas e Despesas
- Considerações Finais

2

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Fundamento Legal

Constituição Federal
"Art. 165 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: II – as diretrizes orçamentárias"

Lei de Responsabilidade Fiscal
*"Art. 48 (...)
Parágrafo Único – A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos."*

Lei Orgânica do Município
"Art. 147 - Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e os Créditos Adicionais serão apreciados pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação e pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento (...)"

3



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

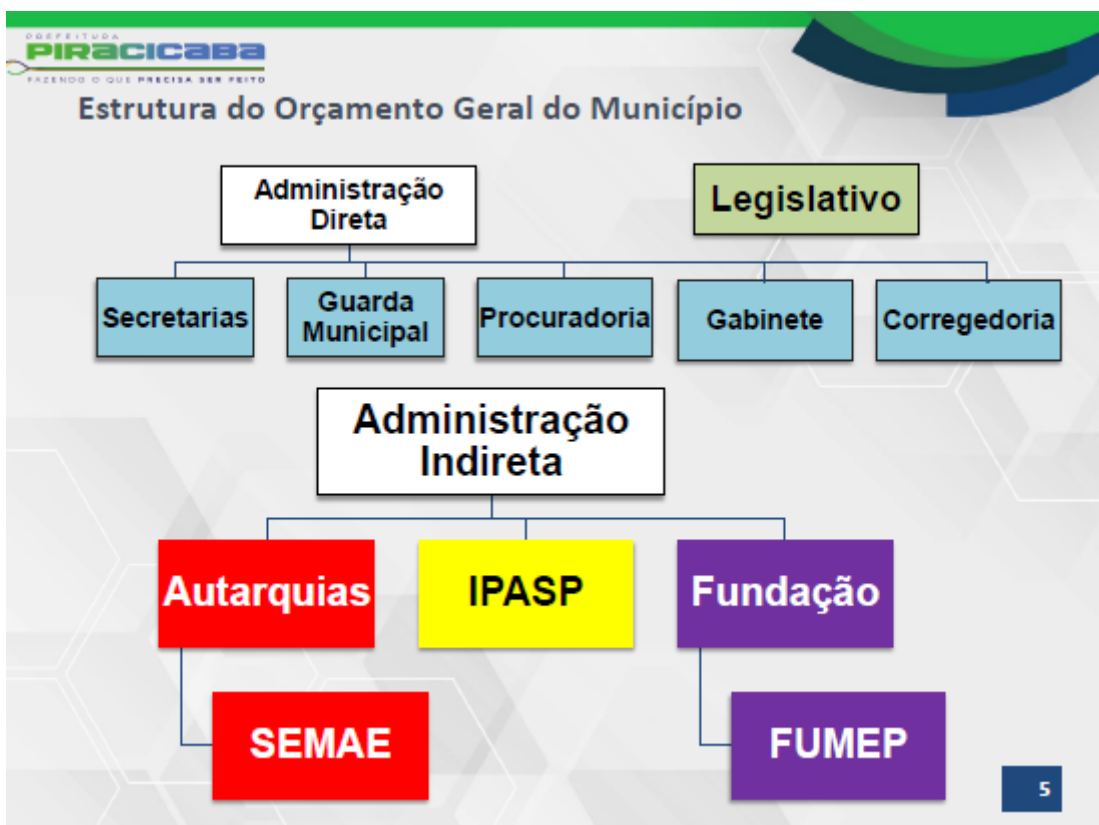
4



Introdução a LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é um planejamento de curto prazo que estabelece as prioridades e metas do Orçamento Geral do Município para o exercício seguinte e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA.

4



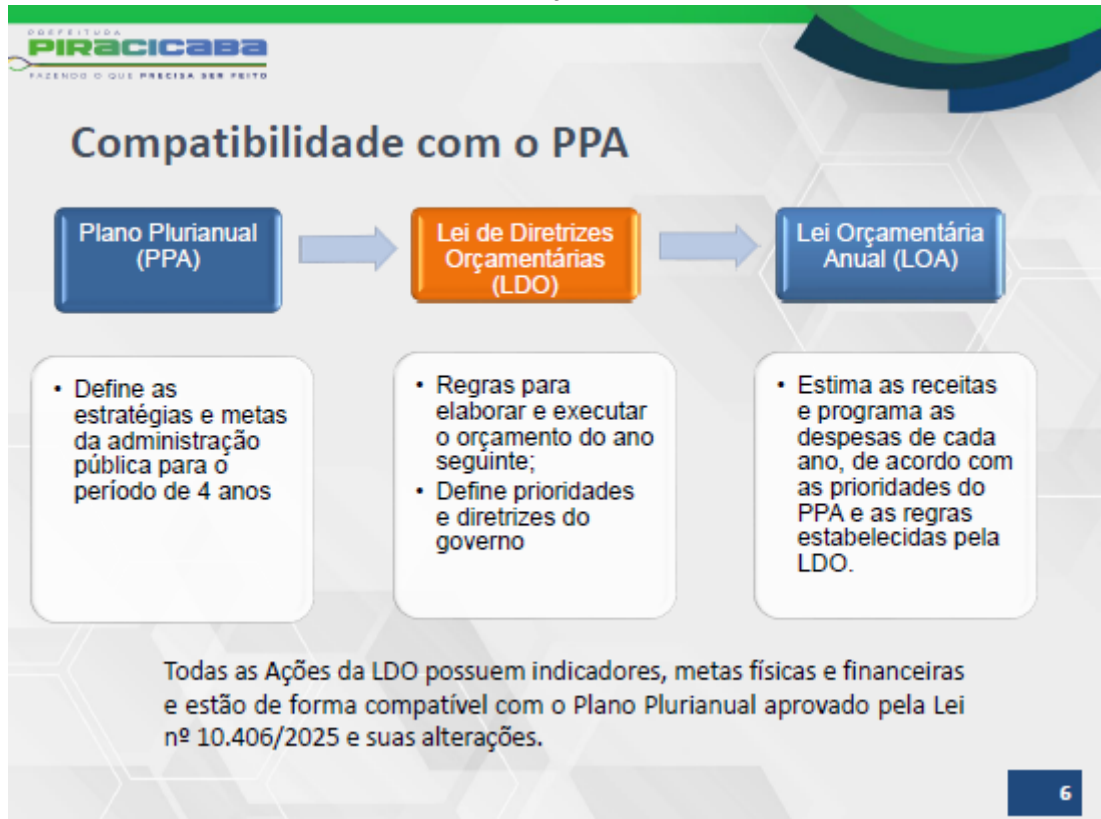


CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

5



6



7



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

6



Parâmetros e Índices Econômicos



PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Parâmetros

- Valores do primeiro trimestre de 2025 como base de cálculo
- Inflação (IPCA)
- Crescimento do PIB
- Variação da Taxa SELIC

9

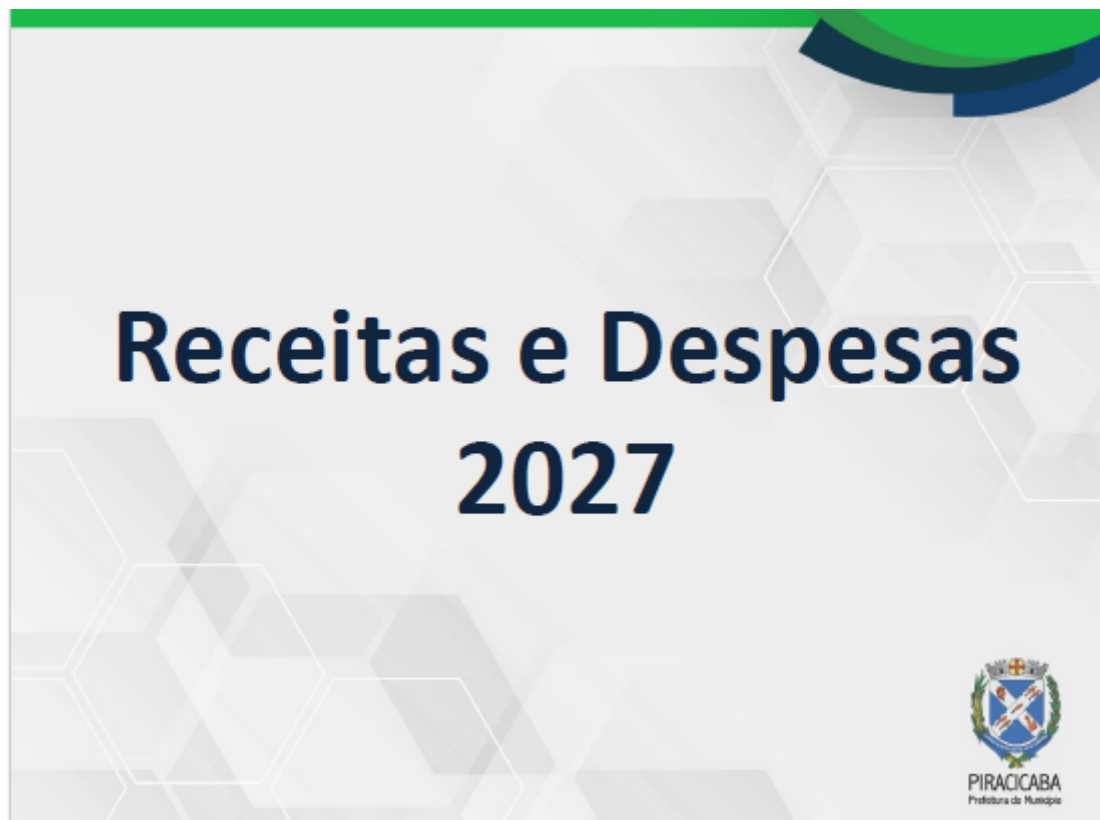


CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

7





CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

8



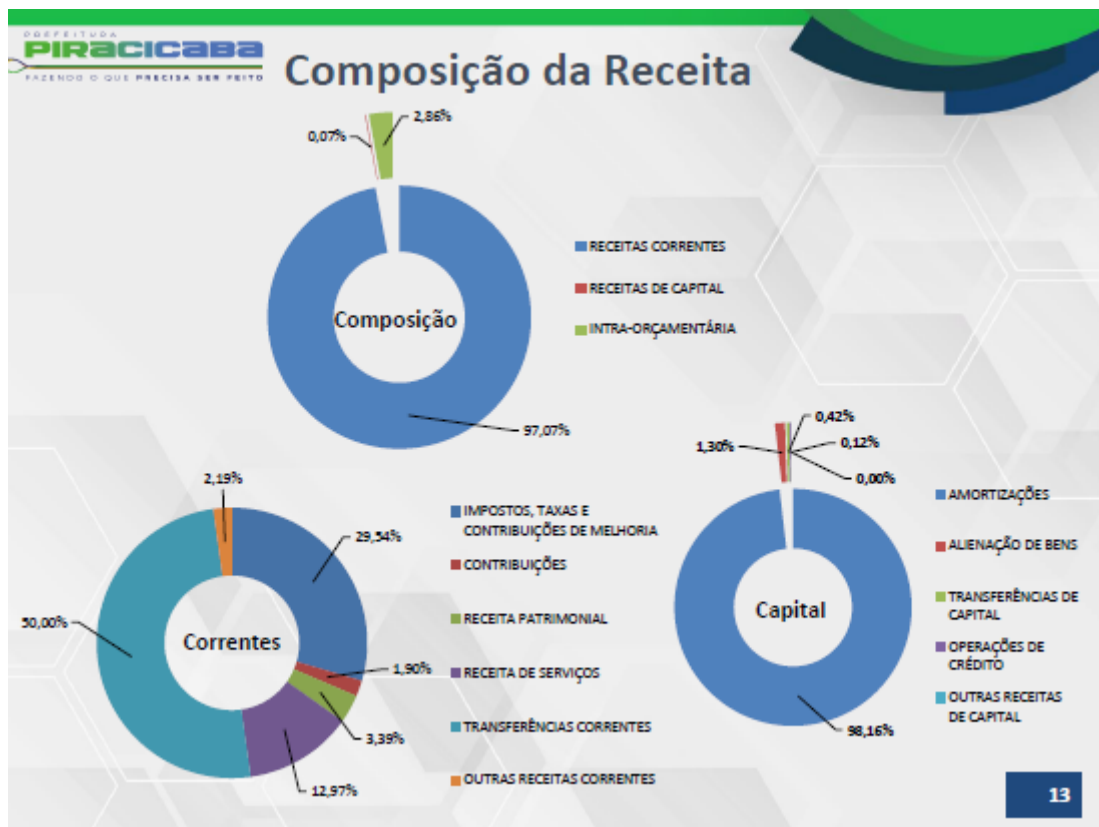
PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Receita e Despesa por Categoria

Receitas	LDO 2027
Rec. Primária (Exceto Fonte RPPS)	3.433.516.000,00
Rec. Primária Corrente	3.433.471.000,00
Rec. Primária de Capital	45.000,00
Rec. Primária (Com Fonte RPPS)	3.564.808.000,00
Total – Receitas	3.670.312.000,00

Despesas	LDO 2027
Desp. Primária (Exceto Fonte RPPS)	3.341.219.656,00
Desp. Primária Corrente	3.008.167.000,00
Desp. Primária de Capital	212.341.200,00
Pagamento de Restos a Pagar de Desp. Primária	120.711.456,00
Desp. Primária (Com Fonte RPPS)	3.596.905.760,00
Total - Despesas	3.670.312.000,00

Resultado Primário (Sem RPPS)	92.296.344,00	12
Resultado Primário (Com RPPS)	60.198.584,00	





CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

9



PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Receita e Despesa por Órgão

Órgãos	LDO 2027		
	Receita (a)	Despesa (b)	Diferença (a) - (b)
Administração Direta	3.017.782.000,00	2.772.213.000,00	245.569.000,00
Câmara Municipal	0,00	74.500.000,00	-74.500.000,00
Prefeitura Municipal	3.017.782.000,00	2.697.713.000,00	320.069.000,00
Administração Indireta	652.530.000,00	898.099.000,00	-245.569.000,00
Fundação Mun. de Ensino	25.276.000,00	25.276.000,00	0,00
Serviço Mun. de Água e Esgoto	495.962.000,00	460.962.000,00	35.000.000,00
Inst. Prev. Assist. Func. Mun.	131.292.000,00	411.861.000,00	-280.569.000,00
Total - Município	3.670.312.000,00	3.670.312.000,00	0,00

14

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Comparação Receita 2026 x 2027

ESPECIFICAÇÃO	LOA 2026	LDO 2027	VAR. (%)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	984.721.800,00	1.052.573.000,00	6,89%
CONTRIBUIÇÕES	63.672.000,00	67.680.000,00	6,29%
RECEITA PATRIMONIAL	111.135.800,00	120.740.000,00	8,64%
RECEITA DE SERVIÇOS	444.419.000,00	462.235.000,00	4,01%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.697.356.193,00	1.781.355.000,00	4,95%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	74.324.000,00	78.125.000,00	5,11%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	3.375.628.793,00	3.562.708.000,00	5,54%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	29.171.000,00	3.000,00	-99,99%
ALIENAÇÃO DE BENS	33.000,00	34.000,00	3,03%
AMORTIZAÇÕES	2.412.000,00	2.559.000,00	6,09%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	113.214.000,00	11.000,00	-99,99%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	144.830.000,00	2.607.000,00	-98,20%
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	67.344.000,00	72.348.000,00	7,43%
SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIOS	31.106.000,00	32.589.000,00	4,77%
OUTRAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	60.000,00	60.000,00	0,00%
TOTAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	98.510.000,00	104.997.000,00	6,59%
TOTAL DAS RECEITAS	3.618.968.793,00	3.670.312.000,00	1,42%

15



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



10

PREFEITURA PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Principais Receitas da Prefeitura

Principais Receitas Prefeitura	LOA 2026 (A)	LDO 2027 (B)	Var. % (B / A) -1
ICMS	622.760.000,00	652.715.000,00	4,81%
ISSQN	391.831.000,00	447.237.000,00	14,14%
Fundeb	302.494.600,00	325.271.000,00	7,53%
Saúde	310.581.193,00	319.630.000,00	2,91%
IPTU	238.795.000,00	253.569.000,00	6,19%
IPVA	156.325.000,00	163.325.000,00	4,48%
FPM	135.673.000,00	138.008.000,00	1,72%
IRRF	116.461.800,00	107.698.000,00	-7,53%
Taxas	100.237.000,00	105.102.000,00	4,85%
ITBI	96.003.000,00	95.716.000,00	-0,30%
Tabela SUS Paulista	91.268.000,00	95.324.000,00	4,44%
Remuneração Financeira	71.292.200,00	78.663.000,00	10,34%
Outras Receitas	316.697.000,00	235.524.000,00	-25,63%
Total - Prefeitura	2.950.418.793,00	3.017.782.000,00	2,28%

16

PREFEITURA PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Principais Receitas da Prefeitura

Principais Receitas Prefeitura	LDO 2027	
	R\$	%
ICMS	652.715.000,00	21,63%
ISSQN	447.237.000,00	14,82%
Fundeb	325.271.000,00	10,78%
Saúde	319.630.000,00	10,59%
IPTU	253.569.000,00	8,40%
IPVA	163.325.000,00	5,41%
FPM	138.008.000,00	4,57%
IRRF	107.698.000,00	3,57%
Taxas	105.102.000,00	3,48%
ITBI	95.716.000,00	3,17%
Tabela SUS Paulista	95.324.000,00	3,16%
Remuneração Financeira	78.663.000,00	2,61%
Outras Receitas	235.524.000,00	7,80%
Total - Prefeitura	3.017.782.000,00	100,00%

17



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

11



PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Despesa da Prefeitura por Secretaria

Unidade Gestora	Valor	(%) do Total
02 – Administração e Governo	65.538.000,00	2,43%
03 – Procuradoria	78.810.000,00	2,92%
04 – Habitação	9.726.000,00	0,36%
06 – Finanças	127.813.000,00	4,74%
07 – Educação	735.634.000,00	27,27%
08 – Obras	335.294.000,00	12,43%
09 – Assistência Social	88.794.000,00	3,29%
10 – Agrima	47.035.000,00	1,74%
12 – Cultura	28.311.000,00	1,05%
13 – Turismo	6.325.000,00	0,23%

18

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Despesa da Prefeitura por Secretaria

Unidade Gestora	Valor	(%) do Total
14 – Saúde	930.402.000,00	34,50%
16 – Guarda Civil	69.356.000,00	2,57%
19 – SELAM	21.358.000,00	0,79%
20 – SEMDEC	4.296.000,00	0,16%
21 – Corregedoria	1.774.000,00	0,07%
22 – Gabinete	13.206.000,00	0,49%
23 – Cidadania	1.934.000,00	0,07%
24 – SEGTRANS	127.820.000,00	4,74%
25 – SEMTRE	4.287.000,00	0,16%
Total Geral	2.697.713.000,00	100,00%

19



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

12



PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Despesa das Indiretas e Câmara

Unidade Gestora	Valor	(%) do Total
10 – Câmara	74.500.000,00	7,66%
31 – FUMEP	25.276.000,00	2,60%
32 – SEMAE	460.962.000,00	47,39%
34 – IPASP	411.861.000,00	42,35%
Total Geral	972.599.00,00	100,00%

20

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Recursos para Saúde

Recursos	Valor	(%) do Total
Recursos Municipais	223.000,00	0,05%
Recursos Estaduais	127.990.000,00	29,93%
Recursos Federais	299.338.000,00	70,01%
Outros	15.000,00	0,00%
Total Geral	427.566.000,00	100,00%

21



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

13



PREFEITURA PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Recursos para Educação

Recursos	Valor	(%) do Total
Recursos Municipais	4.101.000,00	1,04%
Recursos Estaduais	354.635.000,00	90,04%
Recursos Federais	35.123.000,00	8,92%
Outros	0,00	0,00%
Total Geral	393.859.000,00	100,00%

22

PREFEITURA PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Cobertura Financeira prevista do Déficit do Regime de Previdência Municipal

Unidade Gestora	LDO 2027 - IPASP		
	Receita (a)	Despesa (b)	Diferença (a) - (b)
Fundo de Repasse	45.220.000,00	325.789.000,00	-280.569.000,00
Fundo de Reserva	86.072.000,00	86.072.000,00	0,00
Total - IPASP	131.292.000,00	411.861.000,00	-280.569.000,00

2027 -280,5 Milhões

Diferença referentes aos aportes do SEMAE, Câmara e Prefeitura.

23



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



14

PREFEITURA PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Riscos e Providências

PASSIVOS CONTINGENTES		Avaliação de Risco	PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor		Descrição	Valor
Demandas Judiciais	16.849.000,00	Média	Contingenciamento de despesas	16.849.000,00
SUBTOTAL	16.849.000,00		SUBTOTAL	16.849.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS		Avaliação de Risco	PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor		Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação – Risco Médio Padrão	80.995.500,00	Média	Reserva de contingência	80.995.500,00
Frustração de Arrecadação – Redução IPI – Reforma Trib.	5.018.000,00	Alta	Contingenciamento de despesas	5.018.000,00
Discrepância de Projeções - Inflação	40.204.000,00	Média	Contingenciamento de despesas	40.204.000,00
Discrepância de Projeções – Taxa de Crescimento	20.906.000,00	Alta	Contingenciamento de despesas	20.906.000,00
Restituição de Tributos a Maior	350.000,00	Baixa	Contingenciamento de despesas	350.000,00
SUBTOTAL	147.473.500,00		SUBTOTAL	147.473.500,00
Total	164.322.500,00		Total	164.322.500,00

PREFEITURA PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Considerações Finais

A LDO 2027 apresenta as estimativas contidas no PPA para o orçamento, com parâmetros de 07/03/2025 projetados para 2027. Neste PL o Poder Executivo não propôs alterações devido às volatilidades apresentadas pelo Boletim Focus e as incertezas sobre a destinação de recursos pela reforma tributária. Todos os ajustes necessários serão propostos com a entrega da LOA 2027 e será necessário a revisão do Plano Plurianual.

Leve desaceleração da inflação nas previsões para 2027

Leve desaceleração do crescimento nas previsões do PIB para 2027

Valores previstos para 2027	Elaboração LDO 2026 (07/03/25)	Elaboração LOA 2026 (26/09/25)	Cenário atual (10/04/26)	
Inflação (IPCA)	4,00%	3,90%	3,91%	↓
Crescimento do PIB	2,00%	1,90%	1,80%	↓

Fonte: Sistemas de Expectativas de Mercado (Banco Central do Brasil)



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



15

Mais informações

<http://www.piracicaba.sp.gov.br>

<http://www.transparencia.piracicaba.sp.gov.br>

26

Encerrada a exposição técnica, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (19h33min) iniciou a fase de questionamentos dos vereadores. Com a palavra, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges (19h33min), questionou o Diretor-Geral Administrativo e Financeiro do SEMAE, Sr. Emerson Navarro, sobre a diferença positiva de aproximadamente R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) constante da apresentação relativa à autarquia. Em resposta, o Sr. Emerson Navarro esclareceu que o referido valor corresponde ao repasse previdenciário destinado ao IPASP, representando a diferença entre arrecadação do SEMAE, as despesas fixadas e esses R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) é o repasse ao Instituto de Previdência. Na sequência, o vereador Josef Borges questionou o Presidente do IPASP, Sr. Antônio Carlos Schiavon, acerca do déficit previdenciário projetado para o próximo exercício, no valor de R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais). O Sr. Antônio Carlos Schiavon (19h35min) explicou que o aumento progressivo do déficit decorre principalmente do crescimento do número de aposentadorias, bem como dos reajustes salariais, sendo o cálculo realizado pelo atuário do Instituto com base em projeções de aposentadorias anuais. Ato contínuo, o Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rafael Pereira Boer (19h36min), questionou se as projeções relativas ao IPTU e ao ITBI já contemplavam o valor atualizado pela legislação aprovada no exercício anterior. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças (19h37min) esclareceu que os valores ainda refletem as projeções anteriores à aprovação da Lei Complementar nº 477/2025, motivo pelo qual eventual atualização será refletida posteriormente na Lei Orçamentária Anual - LOA, ressaltando sobre o aspecto da justiça social ao pessoal de baixa renda. Com a palavra, o vereador André Gustavo Bandeira, membro da Comissão de Finanças e Orçamento (19h38min), indagou se os dados apresentados na presente audiência pública sofreriam atualização quando da



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



16

elaboração da LOA, questionou o Procurador-Geral do Município sobre os estudos relativos à recuperação da dívida ativa e o Presidente do IPASP acerca da finalização dos estudos previdenciários iniciados na gestão anterior. Em resposta, o Procurador-Geral do Município, Dr. Marcelo Magro Maroun (19h41min), esclareceu que a Procuradoria vem promovendo medidas para incremento da arrecadação da dívida ativa, incluindo reorganização administrativa, reforço de pessoal, implantação de protestos e negativação, desenvolvimento de novos sistemas de softwares mais adequados ao sistema tributário e intensificação da cobrança dos grandes devedores, buscando um equilíbrio maior da dívida ativa. Na sequência, o Presidente do IPASP (19h44min) explicou que os estudos atuariais apresentados ainda na gestão anterior vêm sendo retomados e aprofundados pela atual administração, incluindo alternativas voltadas à redução dos aportes previdenciários e sustentabilidade financeira do sistema, destacando a importância de sobra de caixa de recursos para investimento pelo Município. Com a palavra, a vereadora Silvia Maria Morales (19h48min) destacou a importância da audiência pública e da participação popular nas discussões orçamentárias, ressaltando a relevância do orçamento público como instrumento de planejamento e gestão das políticas públicas municipais. Na sequência, a vereadora Raimunda Ferreira de Almeida (19h50min) questionou a ausência de previsão específica para concursos públicos, plano de cargos e salários dos servidores municipais e Estatuto da Guarda Civil Municipal, bem como demonstrou preocupação com o déficit previdenciário diante do envelhecimento da massa de servidores vinculados ao fundo financeiro do IPASP. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças (19h54min) esclareceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias contempla as despesas gerais de pessoal e custeio, sendo que estudos relativos à valorização dos servidores, reorganização administrativa e revisão de legislações estão em andamento pela FIPE. Destacou que a Prefeitura está com quase 90% (noventa por cento) com despesas de custeio, mais 7% (sete por cento) para pagar a dívida e só 4% (quatro por cento) para investimento, o que é pouco para uma cidade do porte de Piracicaba. Quanto aos concursos públicos, informou que a administração vem realizando adequações internas e estudos de necessidade, considerando concursos já vigentes e reestruturações administrativas. O Presidente do IPASP (19h57min) complementou esclarecendo que novos concursos públicos não solucionam o déficit do fundo financeiro antigo, em razão da segregação de massas ocorrida após a reforma previdenciária municipal, sendo necessário concentrar esforços na revisão dos aportes e no equilíbrio financeiro do sistema previdenciário. Iniciada a **FASE DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**, fez uso da palavra o Sr. Carlos Marcelo Yamakawa (19h59min), que sugeriu a previsão de reposição inflacionária acrescida de percentual de aumento real aos servidores públicos, bem como questionou a possibilidade de revisão das regras relativas ao pagamento da gratificação anual da Educação nas hipóteses de falta por motivo de saúde ou por desconto eleitoral. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças (20h02min) afirmou que as dotações serão revistas na elaboração da LOA, observando-se os limites financeiros do Município, e esclareceu que eventuais alterações relativas à gratificação dependem de revisão legislativa específica. O Procurador-Geral do Município (20h03min) complementou destacando que o Executivo vem promovendo revisão das legislações municipais com o objetivo de reduzir passivos trabalhistas e criar condições futuras para valorização dos servidores e implantação de planos de carreira. Na sequência, fez uso da palavra o Diretor Executivo do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba e Região, Sr. José Osmir Bertazzoni (20h05min), que ressaltou a importância das



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



17

audiências públicas e da participação sindical nas discussões orçamentárias. O dirigente sindical esclareceu que, embora os servidores reivindiquem aumento real de vencimentos, houve, em exercícios anteriores, concessão de abonos incorporados à remuneração, além das reposições inflacionárias anuais. Destacou as dificuldades decorrentes do congelamento salarial, mencionando a greve realizada em 2022 para recomposição de perdas inflacionárias, bem como informou que o Executivo se comprometeu a instituir comissão de estudos, em conjunto com o sindicato e a Secretaria Municipal de Finanças, para análise do pagamento de valores retroativos pleiteados pela categoria. Ato contínuo, fez uso da palavra a servidora pública Sra. Sabrina Rodrigues Bolonha (20h10min), que questionou se a previsão orçamentária para despesas de pessoal contempla eventual pagamento retroativo relacionado ao descongelamento salarial dos servidores, além de solicitar esclarecimentos acerca do déficit previdenciário do IPASP. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças (20h13min) informou que os estudos relativos ao descongelamento salarial estão em andamento e demandam aprofundamento técnico e jurídico. O Presidente do IPASP (20h15min) esclareceu detalhadamente o histórico da segregação de massas previdenciárias implementada a partir de 2009, explicando que o déficit decorre principalmente da manutenção do fundo financeiro antigo, responsável pelo pagamento das aposentadorias dos servidores admitidos anteriormente à reforma previdenciária municipal. Na sequência, o assessor parlamentar Sr. Isaac Roston (20h18min), representante da Deputada Estadual Professora Bebel, questionou a existência de estudos voltados à revisão de isenções tributárias, especialmente relativas a taxas municipais, bem como a possibilidade de criação de legislação específica para devedores contumazes. O assessor parlamentar também abordou a necessidade de previsão de percentual mínimo para assistência social e questionou o percentual de remanejamento orçamentário autorizado por decreto. Com a palavra o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges (20h21min), bem como a Secretária Municipal de Finanças (20h22min), destacaram que o Município já aplica percentual superior ao previsto em lei para a Assistência Social. Em resposta, o Procurador-Geral do Município (20h23min) informou que a recente atualização do Código Tributário Municipal contemplou diversas medidas relacionadas às isenções fiscais, cobrança da dívida ativa e controle de inadimplentes contumazes, destacando que o Executivo permanece aberto a futuros aperfeiçoamentos legislativos. Na sequência, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges (20h26min), consultou as autoridades presentes se elas gostariam de fazer as suas **considerações finais**. A vereadora Raimunda Ferreira de Almeida (20h426min) agradeceu as informações prestadas e destacou a importância da continuidade das discussões orçamentárias. A vereadora Silvia Maria Morales (20h26min) reforçou a necessidade de aprofundamento das análises quando da apreciação da Lei Orçamentária Anual - LOA. O vereador André Gustavo Bandeira (20h27min), membro da Comissão de Finanças e Orçamento, agradeceu a presença das autoridades e ressaltou a importância da futura apresentação da LOA para consolidação das projeções orçamentárias. Em suas considerações finais, a Diretora Executiva Interina da FUMEP, Sra. Thais Fornicola (20h28min), destacou a importância do diálogo institucional e da integração entre os órgãos municipais. O Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rafael Pereira Boer (20h29min), agradeceu a presença das autoridades, servidores e munícipes, destacando a importância das audiências públicas para transparência e acompanhamento das ações do Executivo. O Procurador-Geral do Município, Dr.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



18

Marcelo Magro Maroun (20h30min), ressaltou a relevância democrática das audiências públicas e a importância da participação popular. A Secretária Municipal de Finanças, Sra. Karla Lovato Pelizzaro (20h31min), agradeceu a participação de todos e destacou a relevância do debate técnico e institucional acerca das diretrizes orçamentárias. No **encerramento**, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (20h32min) apresentou o cronograma legislativo definido pela Mesa Diretora da Câmara Municipal para a discussão e votação da LDO 2027, informando os prazos para apresentação de emendas, realização de nova audiência pública pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação e posterior votação da matéria em Plenário. Determinou, ainda, os seguintes **encaminhamentos**: a Câmara Municipal vai disponibilizar, no prazo legal, a ata e todos os demais documentos referentes a essa audiência pública para consulta da população, bem como vistas aos órgãos públicos e remessas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quando solicitados. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declarou encerrada a audiência pública às vinte horas e trinta e três minutos, agradecendo a presença de todos. O formato desta ata segue o previsto pela Resolução 105 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, arts 367 c.c 460 do Código de Processo Civil - CPC e art 405 do Código de Processo Penal - CPP, a fim de emprestar destacado relevo à fidedignidade das explanações colhidas por meio audiovisual e também a prestigiar os princípios constitucionais da celeridade, da economicidade e da eficiência. A ata da presente audiência está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://legisvideos.camarapiracicaba.sp.gov.br/video/1804> e <https://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/projeto-da-ldo-de-2027-preve-receitas-totais-de-r-367-bilhoes-71173> . Eu, Daniela Deleuze de Lima Balloni, Agente Legislativo, redigi a presente Ata que será lida, revisada e assinada pelos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, se conforme estiver.

José Everaldo Borges

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Rafael Pereira Boer

Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

André Gustavo Bandeira

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Piracicaba. Para verificar as assinaturas, clique no link: <http://siave.camarapiracicaba.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=N0E7YE5111B01568>, ou vá até o site <http://siave.camarapiracicaba.sp.gov.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: N0E7-YE51-11B0-1568

